

APÓS O TREZE DE MAIO ...

A CONVIVÊNCIA ENTRE AFRO-DESCENDENTES E IMIGRANTES EM SÃO PAULO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Lúcia Helena Oliveira Silva

Professora de Metodologia e Prática de Ensino de História
da Universidade Estadual de Londrina

Resumo

Neste artigo iremos analisar algumas experiências de vida de afro-descendentes paulistas no espaço urbano desenvolvidas no período pós-abolição. O objetivo é analisar as formas de sociabilidade e relações de trabalho de membros da comunidade negra com o restante da população, no Estado de São Paulo, o mais promissor do país em termos econômicos e que tinha o maior contingente de imigrantes vindos da Europa.

Palavras-Chave: afro-descendentes, pós-abolição, relações raciais

O período que se seguiu à Lei Áurea (1888) somou uma grande expectativa por parte dos emancipados tornados libertos por esta lei ou mesmo antes dela¹. A derrocada da escravidão foi apenas uma das etapas do longo processo para obter o mesmo tratamento e

¹ Referimo-nos aqui às leis emancipatórias que vigoraram a partir de 1850 com a lei Eusébio de Queiroz que cessou o tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre em 1871 e a Lei dos Sexagenários de 1885. Todas elas foram fruto de um intensa mobilização da sociedade e das Assembléias Legislativas (.MENDONÇA, 1999).

direitos igualitários de cidadão para brancos e negros. No Estado de São Paulo, essa situação era particularmente complexa devido à intensa imigração européia que rapidamente tornou-se mão-de-obra preferencial. Os afro-descendentes² que ali viviam experimentavam a liberdade e, paralelamente, transformavam-se em minoria numérica junto à população paulista, o que podemos observar na tabela 1:

Tabela 1

População do Estado de São Paulo em 1890, segundo a cor

POPULAÇÃO	NÚMEROS	PORCENTAGEM
Branços	873423	63,0%
Pretos	179526	12,9%
Caboclos	114199	8,1%
Mestiços	217605	15,7%
Total	1.384753	100%

Fonte: Fernandes (1978, p.23).

Vemos que somados negros e mestiços³ havia 397.131 afro-descendentes ou 28,6% da população paulista. Contudo, esta população tendia a diminuir, uma vez que as imigrações européias alteraram a composição da população⁴. Grande parte dessas pessoas vivia na zona rural (ANDREWS, 1998, p.93-98) onde estavam 90% dos paulistas. Os 10% restantes viviam nos centros urbanos. As cidades no pós-abolição representavam, a despeito das cifras numéricas populacionais, um espaço importante e dinâmico. Eram nelas que os lucros provenientes

² O termo afro-descendente aqui significa pessoa que era africana ou tinha pais ou avós desta mesma origem. Seu uso vem das discussões sobre etnia e racismo norte-americanos nas quais a palavra começou a ser usada para substituir a designação por cor, usada apenas para os não-brancos. Sobre o assunto consultar D'Adesky (2001), Hall (1998) e Du Bois (1999).

³ Mestiço aqui seria entendido como o filho da união de negros com brancos usados em substituição ao vocábulo pardo, ainda usado como critério racial pelos censos demográficos contemporaneamente.

⁴ Segundo os cálculos de George R. Andrews (1998), entre 1888 e 1928 entraram cerca de 2,1 milhões de europeus no Estado de São Paulo, número que superava o 1,4 milhão de habitantes do estado em 1890.

do café eram aplicados, levando à expansão da rede de serviços oferecidos pelo comércio e à ampliação de melhorias coletivas como pavimentação nas ruas principais. Todas essas atividades atraíam pessoas que nela buscavam um trabalho diferenciado daquele realizado no campo. Ex-escravos, imigrantes e demais brasileiros engrossavam o contínuo fluxo migratório da zona rural em direção à cidade, criando nestes espaços uma intensa teia de relações.

A convivência na cidade produziu experiências cotidianas singulares e apontavam o entrelaçamento de inúmeros projetos de vida. Para os afro-descendentes somavam-se, ainda, as expectativas de serem incorporados à sociedade junto aos demais grupos étnicos presentes na cidade. Neste sentido, faz-se fundamental recuperar os registros de quem vivenciou esta época em que os negros colocavam-se como novos cidadãos:

Sou filho de José Benedito da Cunha, nascido em Pindamonhangaba, e fui criado com uns tios meus: Gabriel Antunes da Cunha e Luisa Ferreira- vocês vão ver na fotografia que está naquele livro. Os meus tios já lutavam contra discriminação racial em Pindamonhangaba.⁵

Assim começa o depoimento de Henrique Cunha, um afro-descendente nascido no princípio do século XX, no interior de São Paulo. Embora não tenha vivido o cativo, descendia de quem experimentara tal condição. Na sua fala inicial é percebida a extensão dos laços de parentesco, registrada na sua criação pelos tios. Esta convivência com os parentes próximos que assumiam a responsabilidade dos pais aponta para a família extensiva, um tipo de organização familiar que coexistia paralelo ao modelo de família dos grupos dominantes que era a família patriarcal (CORREA, 1994). Problemas cotidianos, relacionados aos preconceitos raciais são explicitados na continuação do mesmo relato:

⁵ Depoimento de Henrique Cunha nascido em 1908, em Pindamonhangaba, São Paulo, dado a Ana Lucia Souza Moreira e Sandra Santos em 26 de novembro de 1992, na cidade de São Paulo. Sou grata a Ana Lucia Souza Moreira que me cedeu a entrevista para este trabalho.

Um fato que marcou muito a vida deles foi a chegada do circo na cidade de Pindamonhangaba. Antigamente havia poucas diversões para o povo: um baralho à noite numa casa, um bailinho noutra casa... Mas o maior divertimento eram os circos. Os palhaços de circo naquela época montavam as suas grças em cima de pretos:

O palhaço o que é? É ladrão de mulher. / Olha a negra na janela: Tem cara de panela. / Olha o negro no portão: Tem cara de tição. / Olha o negro no jardim. Vai comer capim.

As quadrinhas populares usavam insultos como forma de sátira nas quais se procurava estereotipar a população negra e estavam permeadas por uma carga pejorativa eficaz o suficiente para ser recordada prontamente pelo depoente. Segundo Florestan Fernandes (1978, p.307-308), piadas e estereótipos ofensivos eram anteriores à Lei Áurea e ligavam-se à condição de escravo vivida no passado.

É possível, imaginar que os insultos raciais tenham-se tornado ainda mais presentes a partir do momento em que os afro-descendentes alcançaram a igualdade jurídica e puderam competir com a população branca no mercado de trabalho. Os destinatários dos insultos, porém, criavam suas estratégias para combater aquilo que os discriminava, como é possível vislumbrar em outra situação, também relatada por Henrique Cunha⁶, a respeito da passagem do circo pela cidade:

Então apareceu um certo circo que tinha um palhaço chamado Ananias. Esse palhaço cantava umas quadrinhas muito depreciativas contra os negros... A quadrinha era assim:

-Branco bebe champanha / -Mulato vinho do porto / -Caboclo bebe pinga / -E o negro? / -Negro, mijo de porco. / -Branco mora na cidade / -Mulato mora na vila / -Caboclo mora no sertão / -E o negro? / Negro, na correção.

Os brancos e até negros que não tinham consciência do que estava se passando achavam graça. Mas os meus velhos não. Eles tinham um grupo muito unido e que se reunia aos domingos, depois da missa. Então um dia eles combinaram que iam acabar com o palhaço e o circo: depois que o palhaço começasse a cantar, eles pulavam no picadeiro, davam uma surra no palhaço, colocavam o povo pra fora e punham fogo no circo.

⁶ Depoimento oral feito a autora em 1994.

Percebe-se que para os tios de Henrique Cunha e também para os membros da comunidade, o palhaço Ananias havia ultrapassado os limites do respeito com os moradores negros da cidade. As quadrinhas os inferiorizavam porque ali eram ridicularizados, e distanciados do padrão cultural construído cotidianamente. Aparentemente inocentes, as piadas alimentavam a estigmatização racial, provocando o riso através da ofensa aberta aos negros. Mais do que isso, elas continham um discurso que passava a ter status de “verdade” (FONSECA, 1994). Para aqueles afro-descendentes aceitar as sátiras e não reagir a elas, significava acolher a ofensa e concordar com a mensagem que elas veiculavam. As brincadeiras do palhaço estavam permeadas por elementos que rompiam os códigos de tolerância de uma convivência pacífica naquela comunidade e constituíam-se um “evento crítico” (DAS, 1995) ou uma situação limite que requeria uma mudança de comportamento. Visto por este prisma, a reação dos negros de Pindamonhangaba pretendia expressar uma resistência de caráter exemplar contra a violência simbólica que os havia atingido.

A narrativa também nos oferece informações sobre os encontros do grupo após a missa aos domingos. Comum em muitas cidades pequenas, eles serviam como momentos de confraternização dos fiéis e também daqueles que circulavam nesse dia pela cidade. O uso do espaço religioso como local de encontro dos negros verificava-se desde os tempos da escravidão, registrado tanto por viajantes como Debret, como na biografia de afro-descendentes como do médico baiano, Casemiro Rocha, que viveu na cidade de Cunha no interior de São Paulo (DEBRET, 1999; NOGUEIRA, 1992). Talvez fosse outra manifestação do espírito de associação afirmado por Artur Ramos (1988) que, além da função sócio-política, proporcionava o prazer do encontro e servia de local para discussão dos problemas comuns aos membros da comunidade negra (MOURA, 1980).

As ofensas proferidas nos versos do palhaço Ananias delimitavam o lugar social que caberia a cada um, negro, mulato, mestiço e branco na hierarquia social a partir da cor da pele das pessoas. Os estigmas eram distribuídos, portanto, entre todos os não-brancos, atingindo de forma mais contundente os que estavam no último grau da hierarquia social e mais longe na escala racial das características

consideradas humanas e civilizadas. Assim, entende-se que os versos refletiam uma forma de perpetuação da situação de inferioridade, coincidindo com a ampla difusão dos ideais de branqueamento e higienização que se processou nas cidades brasileiras em geral (SEVCENKO, 1998, p.20).

A escolha da punição para a ofensa do palhaço indicava que aquela comunidade negra desejava realizar um castigo exemplar para toda a cidade. Não havia intenção manifesta de matar alguém ou causar uma grande tragédia visto “que iriam tocar o povo pra fora”. A idéia era clara: demonstrariam a insatisfação com o que entendiam ser insulto à sua coletividade e, certamente, não seria um acontecimento que passaria de forma despercebida. Mas, antes que a lição fosse ministrada ocorreu algo inesperado como afirmou Henrique Cunha:

Você veja que tragédia que ia acontecer, não é...

Mas alguém ouviu isso e por precaução, ou por uma razão que ninguém soube explicar, foi avisar o dono do circo o que ia acontecer...Bom, quando chegou a noite o pessoal foi para o circo, mas quando chegaram eles viram umas coisas que não era muito usadas - muito guarda, muita polícia - eles entraram, mas não estavam percebendo nada. Quando foi a hora do palhaço entrar, aparece o dono do circo e diz: - O palhaço Ananias hoje não pode trabalhar porque teve uma indisposição de intestino e está muito doente. Af o pessoal já ficou desarmado. Nessa hora o palhaço já tinha ido, já estava em outra cidade, tinha fugido... Esse fato marcou a vida deles lá na cidade, tanto que procuraram serviço e não encontraram. Na cidade pequena, estas coisas tem muita influência, ainda mais partindo dos pretos, naquela época. Eles viram que as coisas lá não estava muito boas e meu tio quis vir para São Paulo.

Ao mesmo tempo que o entrevistado afirmava ser correta a atitude de seus parentes em reagir às ofensas, ele também manifestava apreensão com possíveis conseqüências. Talvez, esta mesma preocupação tenha sido o motivo que levou alguém a delatar o plano para as autoridades, acabando por abortá-lo. A presença da polícia representava ali a repressão oficial a uma manifestação entendida como violenta, por parte dos negros, apontando a ingerência oficial nessa

situação. Mais do que reprimir os atos, a cidade, de uma forma geral, manifestou sua desaprovação ao plano da comunidade negra, impedindo sua sobrevivência naquele espaço, uma vez que os tios de Henrique Cunha não conseguiram mais obter emprego na cidade. Ali estavam postos os códigos para a convivência entre brancos e negros em uso naquela cidade, que foram entendidos como rompidos pelo comportamento dos afro-descendentes. A forma como foram tratados a partir de então corroborou as mesmas idéias presentes nos versos do palhaço Ananias, em relação aos afro-descendentes de Pindamonhangaba. Neste sentido, a retirada da família Cunha para a cidade de São Paulo buscava solucionar a questão de emprego, demonstrava o desejo de permanecer em área urbana e indicava a migração para a capital como solução do problema da sobrevivência criado pelo racismo da cidade de origem.

Em São Paulo, Gabriel Antunes da Cunha, tio de Henrique realizou várias atividades: limpou chaminés, trabalhou como pedreiro, pintor, enfim fez um pouco de tudo. Segundo Henrique Cunha, “naquela época não se fazia só um serviço, fazia-se diversos”. Esta explicação contraria a tese de que os negros fugiam de trabalhos considerados humilhantes, como afirmavam os jornais paulistas, por exemplo, o *Diário Popular*.

Após alguns anos na cidade, mais ou menos entre 1915 e 1920, junto com outros negros, Gabriel Cunha fundou uma “sociedade de pretos, em 28 de setembro”. A data referia-se ao dia da promulgação da lei do *Ventre Livre* e era, freqüentemente, usada como homenagem à causa abolicionista nas associações da comunidade negra. A primeira referência sobre essa forma de agremiação pode ser encontrada já em 1891, quando um anúncio no jornal convidava “todos os homens de cor para uma reunião para tratar da fundação de uma sociedade de beneficência”.⁷ A Sociedade 28 de setembro, embora com muita dificuldade, funcionava uma vez por mês para atividades de lazer e discussões de problemas comuns do grupo. Havia também outras formas associativas como a *Imprensa Negra Paulista*. A *Imprensa* representava uma forma de posicionamento frente a sociedade e era um importante

⁷ A notícia indicava como local para a reunião a rua Quintino Bocaiúva, antiga do Príncipe e datava do dia 15 de dezembro de 1889 no *Diário Popular*.

órgão de protesto contra as perseguições e tratamentos desiguais sofridos pela população negra paulista. Ela servia também para discussões nas quais se questionava a passividade e conformismo dos afro- descendentes diante da discriminação racial e foram um fenômeno das cidades do Sul e Sudeste do Brasil⁸. Houve também associações como Grêmio Dramático de 1915, o Recreativo Kosmos de 1909 e o Centro Cívico Palmares de 1924 (FERRARA, 1985, p.206).

Embora nem todos os negros da cidade de São Paulo estivessem envolvidos em movimentos e sociedades de combate ao racismo e defesa da cidadania, essas organizações representavam a busca de mecanismos coletivos de reação ao preconceito e acabaram por revelar-se como um complexo processo pedagógico no cotidiano dos afro-descendentes.

Na capital, as queixas sobre um comportamento inadequado por parte dos negros indicava a presença da intolerância racial e um artigo apontava a quem cabia a culpa de tal comportamento:

No último Domingo foram presos e multados três cidadãos de cor, ex-escravos, que levaram sua liberdade ao extremo de infringirem as posturas municipais galopando pelas ruas da cidade, tendo um deles consigo uma faca.

Infelizes cidadãos! Sofrestes tal vexame, porque errastes, porque sois ainda escravos de vossa ignorância, e porque viveis num país onde o governo prefere espaldeirar- vos nas praças públicas, a instruir-vos nas escolas!

Nada mais.⁹

A notícia apontava o comportamento considerado inadequado como resultado do despreparo daquelas pessoas para a liberdade. Dava, portanto, a entender que era necessário, aos negros, submeter-se a um

⁸ Tanto Miriam Ferrara (1985) quanto José Carlos Santos (1998) entendem que a imprensa negra paulista era exercida por um grupo que se constituiu na elite intelectual negra, oriunda de lideranças que atuavam nas mais diversas áreas, indo do setor de serviços como motoristas a profissionais liberais como jornalistas e advogados.

⁹ *Diário Popular*, 12 de novembro de 1889, seção de cartas.

processo de disciplinarização que incluía obediência às leis e educação. Embora tal notícia revelasse um olhar complacente para com os negros, nela transparecia a necessidade de uma tutela que passava por um preparo que incluía a escolarização, um ponto importante desejado também pelos ex-escravos e afro-descendentes. Em *Diário de Bitita*, a escritora Carolina Maria de Jesus (1986) fala nas suas memórias de infância, vivida em meados de 1920. Nela destaca a importância da escola em sua vida, embora tivesse problemas de rejeição por parte de colegas de classe brancos:

Minha mãe foi lavar roupa na residência do senhor José Saturnino, e sua esposa dona Mariquinha disse para minha mãe me pôr na escola. Minha mãe foi falar com a professora. Eu acompanhava. Quando entramos na escola, fiquei com medo(..) quando eu olhava os quadros dos esqueletos, o meu coração acelerava-se. Amanhã, eu não volto aqui. Eu não preciso aprender a ler. É que eu estava revoltada com os colegas de classe por terem dito quando entrei:

-Que negrinha feia!

Ninguém quer ser feio.

-Que olhos grandes, parece sapo.

Decidi estudar com assiduidade, compreendendo que devemos até agradecer quando alguém quer nos ensinar. Compreendi que estava sendo indelicada com a dona Lolita, cansando-lhe a paciência (JESUS, 1986, p.125-126).

O acesso à escola tornara-se possível a partir da sugestão da patroa da mãe de Carolina e a conseqüente acolhida da idéia que resultou na entrada da garota no colégio de orientação religiosa, o Colégio Alan Kardec. Embora Carolina mostrasse certa resistência à escola, as dificuldades iniciais vinham menos de suas dificuldades no aprendizado do que da rejeição de teor racista por parte de seus colegas. Vê-se que existiam várias barreiras para a escolarização dos negros que iam além do acesso à escola propriamente dito. Contudo, a barreira mais difícil de transpor começava pela escassez de escolas para as camadas populares.

Partilhando deste mesmo ponto de vista, instituições como a Maçonaria foram importantes organismos de combate ao analfabetismo, atuando na instalação de bibliotecas e, principalmente, escolas para filhos de maçons e camadas populares. Este tipo de ação iniciou-se na década de 1870 e “atingiu o apogeu nos anos iniciais do século XX” (BARATA, 1999, p.138-143). A instalação de escolas de orientação maçônica visava trazer a universalização do ensino primário laico, um modo de combater o fanatismo religioso da Igreja Católica, a intolerância e a ignorância. José Correia Leite militante negro paulista, nascido no final do século XIX, foi um dos beneficiados por estas escolas:

Os que freqüentavam escola tinham pai e mãe. Eu continuava naquela situação de não poder. Um dia descobri que a maçonaria tinha formado um conjunto de escolas pela cidade para meninos impossibilitados de pagar. Consegui entrar numa delas e passei a me inteirar mais um pouco. Até que a escola terminou (LEITE; CUTI, 1992, p.26).

Em um período em que as aspirações por melhores oportunidades de trabalho passavam pelo grau de escolaridade, poder estudar representava uma forma de superação da exclusão social vivida pelos ex-escravos e seus descendentes, como mostra o depoimento de Henrique Cunha:

-Vamos lá pro quilombo.

-Que quilombo?

Chamavam de quilombo uma reunião de negros que faziam lá na rua Barão de Paranapiacaba, esquina com a Praça da Sé. Nas reuniões cada um contava uma coisa, porque o interesse do pessoal era contar para os outros companheiros que havia negros que se destacavam em determinadas coisas; negros que conseguiam diploma de advogado, de engenheiro...Aí aparecia o nome de nosso Rebouças, Teodoro Sampaio. Por que essas coisas de mostrar os valores negros? Porque o branco dizia que o negro não tinha capacidade, que era uma forma de excluir as pretensões dos negros de conseguir alguma coisa.

Se o acesso à escola era entendido como condição básica para “subir na vida”, para a comunidade negra a educação era um dos meios essenciais para obtenção de melhores condições, sobretudo em um país onde a participação política era vedada aos iletrados. Mas, ainda que consideremos as propostas de expansão do ensino público, bem como as iniciativas particulares de promoção do ensino primário em São Paulo, grande parte da população negra e pobre continuou fora do processo de escolarização básica (GUSMÃO, 1997).

Entre mesclar-se e desaparecer

Segundo Thomas Holloway (1984), entre 1887 e 1892, chegaram 341.000 imigrantes europeus em São Paulo, sendo 240.000 trabalhadores em potencial. Em vista dos 64.400 (1887) escravos registrados nas áreas rurais da região Oeste do estado, os imigrantes formavam um grande contingente, que efetivamente alterou a composição étnica do estado. Assim, os negros deixavam de compor numericamente a maioria entre os trabalhadores. Ainda que não se saiba ao certo quantos negros livres e libertos existiam na província naquela época, acredita-se que, mesmo se somados aos escravos não suplantavam o número de imigrantes (HOLLOWAY, 1984).

Trabalhando com uma periodicidade maior, Andrews concluiu que 2,1 milhões de europeus entraram no estado de São Paulo entre 1888 e 1928, o que tornava a presença dos libertos e seus descendentes menos perceptível entre os paulistas. Há que se considerar também que as formas de contabilizar os trabalhadores nacionais eram mais precárias, porque não se contava com alguns tipos de controle como aqueles presentes nas hospedarias, companhias agrícolas e portos, como acontecia com os imigrantes que, por serem subsidiados por agências privadas, estaduais e federais, eram permanentemente computados. Os dados sobre a população nacional só podiam ser recuperados nos ocasionais censos de rigor questionável, que nem sempre captavam o dinamismo da população.

Não podemos esquecer também que a ausência de dados sobre a população nacional, em especial sobre a comunidade afro-brasileira,

poderia ter uma orientação de cunho político. Carlos José F. Santos, em seu estudo sobre a população urbana da cidade de São Paulo no período de transição do século XIX para o século XX, observou que raramente a presença dos não- imigrantes¹⁰ era citada seja em documentos oficiais, seja pelos cronistas. O Anuário Estatístico de 1902 sublinhava a importância do imigrante ao mesmo tempo que minimizava os brasileiros:

Em São Paulo onde predomina o elemento estrangeiro, acontece o mesmo que se dá em Buenos Aires, isto é, a inferioridade com o elemento nacional concorre para o desenvolvimento da população. (SANTOS, 1998, p.37).

Como observa Andrews, as orientações eram claras: à medida que a política de incentivos concebida para os imigrantes centrava-se “nas preocupações relativas ao Estado” e aos fazendeiros, residia nelas não apenas uma preocupação com os problemas de mão-de-obra, mas também uma orientação política subjacente que revelava a escolha de opção étnica da população do Estado de São Paulo.

Os imigrantes “escolhidos” para ficar em São Paulo acabaram, em princípio, por se submeter ao regime do colonato. Tal sistema surgiu como um tipo de contrato de trabalho em substituição ao regime de parceria, por volta de 1870, em que se remunerava a mão-de-obra com um pagamento fixo pelos “tratos culturais e manutenção do cafezal. Assim, o fazendeiro ampliava seu controle sobre a qualidade do trabalho realizado” (NORDER, 2000, p.19). Segundo o autor, o colonato foi um sistema que perdurou por várias décadas, e articulou-se com a imigração subsidiada, impedindo que a maior parte dos imigrantes se tornasse pequeno proprietário rural, levando muitos deles a optarem pelas cidades.

Testemunha desse processo de mobilidade social do início do século XX, Henrique Cunha, quando foi para São Paulo, presenciou a chegada de muitos europeus na cidade, sobretudo aqueles que vinham

¹⁰ Eram compreendidos como não- migrantes os negros, índios, pardos, caboclos, caipiras, mulatos, nativos, enfim brasileiros, pessoa da terra. Estas últimas denominações desses sujeitos sociais eram encontradas em documentos oficiais que o autor pesquisou. Para mais detalhes ver Carlos J. F Santos (1998, p.15).

do interior do estado, da zona rural para a capital. Segundo ele, nem todos na cidade viam com bons olhos a presença imigrante:

A gente ouvia muitas coisas que os brancos falavam...naquela época mais sobre os imigrantes que estavam chegando e incomodando o brasileiro que chamava os que eram negociantes de carcamanos e tinha aquela coisa:

Carcamano pé de chumbo
Calcanhar de frigideira,
Você não tem licença
De casar com a brasileira .

A hostilidade com imigrantes estigmatizava-os como intrusos e grosseiros. Segundo Paula Beiguelman, a população nacional passou a demonstrar seu ressentimento contra o imigrante, pois com sua vinda para as cidades ele tornava mais aguda a concorrência por empregos. Vários foram os antagonismos entre brasileiros e estrangeiros, principalmente italianos, em São Paulo¹¹.

Teresinha Bernardo, ao trabalhar com memórias de negros e brancos que viveram na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, recuperou diferentes percursos trilhados por negros e brancos imigrantes para conseguirem trabalho. Estas diferenças podem ser observadas nos trechos do depoimento abaixo, que contém um pequeno relato de um homem negro e, em seguida, de um homem imigrante, que viveram no mesmo período na cidade. Observemos o depoimento do homem negro, senhor Cassiano:

Trabalhei desde os oito anos. Aquele trabalho por um prato de comida. Queria estudar, sempre quis, mas não conseguia um emprego que podia contar no final do mês. Só consegui emprego fixo com 30 anos. Era desesperador. Com 30 anos emprego fixo na Otis, empresa de elevadores, foi a maior alegria da minha vida, porque eu gostava de trabalhar (BERNARDO, 1998, p.119).

¹¹ Várias manifestações de xenofobia aconteceram nos anos de 1892 e 1896 na cidade de São Paulo. Ver Paula Beiguelman (1966, p.141).

Agora o depoimento do homem branco, senhor Carmino:

Como fui bom profissional, nunca fiquei desempregado, pelo contrário, sempre procurei trabalhar onde pagassem mais. Às vezes alguém falava: não faço a barba com aquele carcamano!, mas eu não ligava, nunca perdi emprego por isto! (BERNARDO, 1998, 142)

A tônica das duas falas é a questão do emprego e é possível perceber sua importância para as pessoas como um componente importante de reconhecimento da cidadania. Para Cassiano, o depoente afro-descendente, o emprego fixo só aconteceu aos 30 anos. Até então vivera de serviços temporários. É interessante como ele faz questão de ressaltar seu gosto pelo trabalho, quase como que buscando reafirmar-se diante de uma possível comparação com o estereótipo do negro ocioso. Obter emprego fixo fora para ele a maior alegria de sua vida, o que o posicionava como um homem de trabalho e, portanto, um homem de bem.

Para Carmino, encontrar trabalho era consequência de ser bom profissional. Ele não teve dificuldades em estabelecer-se profissionalmente; ao contrário, pôde até buscar outros empregos. Essa condição mostrava que ele gozava de melhores possibilidades, ainda que também sofresse hostilidade devido à sua origem. Os relatos indicam os problemas que ambos enfrentaram para obtenção de trabalho ou mesmo dentro da profissão, mas a situação é nitidamente mais difícil para Cassiano, o depoente negro.

No campo, a situação de competição poderia ser menos acirrada devido às constantes necessidades de trabalhadores, mas ainda não eram necessariamente boas, por vezes aproximando-se mesmo das condições anteriores à abolição, o que desestimulava a permanência dos afro-descendentes nas fazendas (SILVA, 2001, p.50). Contudo, ao chegar na cidade, os negros percebiam de imediato os efeitos da forte concorrência.

A presença de tantos trabalhadores produzia o barateamento da mão-de-obra o que levou à organização dos primeiros movimentos trabalhistas urbanos. Devido às dificuldades de obtenção de emprego, nem sempre os negros atuavam de acordo com os nascentes movimentos urbanos de reivindicação de melhores condições de trabalho. Testemunha da greve de 1917, Henrique Cunha então com nove anos, lembra-se do seguinte acontecimento:

Foi a greve...meu tio, eu o chamava de pai... estava trabalhando num telhado, na Rua Peixoto Gomide, então vinham aqueles homens com umas capas, uns cacetões grandes:

- Ô, companheiro, desce daí.

Ele não entendia nada daquilo, né:

-Mas o que é que há?

-Desce!

-Mas o que é que é isso?

-Não pode trabalhar.

-Mas por que não pode trabalhar?

-Nós estamos em greve.

Então aí ele explicou:

-Ah! A greve é para isto... é contra o governo...

-Ah! Tá certo.

Aí ele desceu do telhado, né. E o grupo subiu a Peixoto Gomide e foi embora. Então ele voltou a trabalhar, pois ele não tinha nada a ver com a greve (risos)... Ele precisava era ganhar dinheiro... Mas esse foi meu primeiro movimento.

Para aqueles que viviam de pequenos expedientes, abrir mão do trabalho disponível seria desperdiçar as escassas possibilidades de ganho. Talvez por isso os movimentos dos operários muitas vezes acusassem os negros de “fura-greve”, uma vez que dispensavam-se os trabalhadores grevistas e abriam-se vagas para quebrar o movimento, sendo muitas destas vagas preenchidas por trabalhadores negros, como na greve dos estivadores de Santos em 1891.¹² Segundo Andrews (1998), alguns líderes do movimento operário até entendiam as dificuldades vivenciadas pelos negros no que concerne a conseguirem

¹² A cidade de Santos foi considerada uma cidade de abolicionistas tanto pela sua fama na luta contra a escravidão, quanto por um grande quilombo chamado Jabaquara. Sobre o assunto há um romance histórico *A marcha romance da Abolição* de Afonso Schmidt (1945). Sobre a cidade no período de transição ver Maria Lúcia C. Githay (1983) e Ana Lúcia D. Lanna (1996).

emprego bem como a serem usados nas interrupções do movimento. Há que se considerar que havia dificuldades reais de obter a adesão de trabalhadores nacionais nas greves, uma vez que os discursos e jornais, em sua maioria, não eram falados nem editados em português. Estas condições devem ser consideradas, ao analisarmos o distanciamento do tio de Henrique Cunha ao ser intimado a participar da greve. No início da década de 1920, após muitas greves, a desilusão com os trabalhadores europeus e a diminuição da imigração no período pós-guerra levou as fábricas a abrirem mais vagas para a mão-de-obra nacional. O contato dos negros com as idéias anarquistas e comunistas da época era mínimo. Muitos sentiam-se aliados destas discussões justamente por eles não contemplarem muitas das questões específicas que os afligiam:

O comunista sempre entendeu que não havia questão racial, não havia causa de negros. A questão era econômica, de classe. O proletariado era tão sofrido, tão explorado quanto o negro. Eu nunca concordei com isso. Sempre debati, que havia também nesse meio um prejuízo do negro que era sempre mal recebido em casa de proletários brancos (LEITE; CUTI, 1992, p.55).

A fala do militante negro Correia Leite ia ao encontro das queixas de muitos operários negros do início do século XX.¹³ As dificuldades de afirmar-se enquanto cidadão fizeram com que os negros moradores no estado de São Paulo se tornassem mais mobilizados desde os primeiros anos do início do século. Vivenciando situações de clara intolerância racial, as comunidades negras presentes nos espaços urbanos buscavam obter visibilidade, traçando estratégias que

¹³ O reconhecimento da existência da discriminação como situação real vivida pelos negros só foi admitida nos partidos de esquerda com o ressurgimento dos movimentos de luta contra discriminação racial em 1978. Este movimento ressurgiu com um protesto no dia 7 de junho de 1978, "o dia do basta", quando atletas negros foram discriminados no clube Tietê e foi morto Robson Luz em Itaquera pela ROTA (Ronda Ostensiva Rafael Tobias de Aguiar). Ela havia matado vários jovens trabalhadores negros que nunca haviam participado de ocorrências policiais. Em 1998, durante o IV Encontro Nacional de Negros e Negras do Partido dos Trabalhadores redigiu-se um documento descrevendo o isolamento político da luta anti-racista no espaço de lutas dos partidos de esquerda e junto à sociedade.

permitissem viver neste mesmo espaço povoado pelos inúmeros grupos de imigrantes e brasileiros presentes na cidade.

As impressões sobre os imigrantes que aparecem no depoimento de Henrique Cunha são permeadas por um posicionamento de quase confronto como na expressão, observada em trechos como : “os imigrantes que estavam chegando e incomodando o brasileiro”. De fato, à medida que os imigrantes dirigiam-se para o mercado de trabalho, aumentava a competição no que se referia às oportunidades de emprego. Na cidade, a situação de confronto tornava-se mais visível devido ao número menor de colocações que o espaço urbano oferecia em relação ao campo. Ainda assim, os empregos na cidade eram mais leves que o trabalho na roça e proporcionavam maior dinamismo para conseguir novas oportunidades, uma idéia semelhante àquela pensada sobre o escravo rural em relação ao urbano.

As dificuldades para obter emprego eram freqüentes e as denúncias de preconceito racial eram noticiadas nos jornais da comunidade negra. Em 1924, por dois meses seguidos, o editorial “Os pretos em São Paulo” denunciou a péssima situação social dos negros em São Paulo e as dificuldades para a obtenção de emprego. Em um deles comentava-se a carta de um “patrício”:

Senhor Bernardo Vianna, recentemente chegado do Rio e que por ser preto não encontra emprego em parte alguma vai às fábricas mas nem lhe deixam falar com os gerentes. Procura anúncios nos jornais onde precisam e embora chegue primeiro do que qualquer outro candidato por ser de cor é posto à margem e recusado... o missivista manifesta-se assustado diante das suas crescentes privações e escreve a distinta folha citada, protestando contra a perseguição e lembrando a conveniência de se fundar, a exemplo do Rio, uma Associação de Homens de Cor, em São Paulo.¹⁴

Há neste trecho duas idéias que se repetem outras vezes no jornal, por estarem constantemente presentes no cotidiano dos negros que viviam tanto na cidade de São Paulo como no interior paulista. A

¹⁴ *Getulino*, 21 de setembro de 1924, p.1.

primeira é a idéia de perseguição e da existência de obstáculos à obtenção de emprego pelo fato de ser negro. A segunda idéia é a lembrança de uma “associação de homens de cor” na cidade do Rio de Janeiro. De novo surge a idéia da ação associativa como forma de defesa dos interesses comuns. Florestan Fernandes, ao analisar os movimentos sociais no “meio negro”, percebeu que a idéia de criar movimentos reivindicatórios era uma forma de buscar assistência e promoção dos negros em todos os níveis, concorrendo para a criação de mecanismos coletivos de reação ao preconceito de cor.¹⁵

A denúncia de Bernardo Vianna podia ser facilmente constatada nos anúncios dos jornais da capital e do interior, sobretudo quando se tratava do emprego feminino:

Precisa-se de uma branca, nacional ou estrangeira, paga-se muito bem para servir e cozinhar em casa de pequena família. Quem não estiver nas condições não se apresente. Rua 24 de maio, 15 A.

Precisa-se de uma mulher branca para cozinhar em casa de um casal sem filhos. Rua dos Carmelitas, 13.

Precisa-se de uma cozinheira, um copeiro e um criado, preferindo-se estes últimos estrangeiros, a rua do Brigadeiro Tobias, 57.

Precisa-se de uma criada que lave e engome para casa de pequena família. Prefere-se estrangeira. Rua da Imperatriz, 40, sobrado.

Cozinheira- na rua da Tabatinguera, 15, precisa-se de uma mulher branca para cozinhar e outros pequenos serviços, preferindo-se alemã.¹⁶

Classificados como esses povoavam as páginas dos jornais paulistas e mostravam que o mercado de trabalho era muito mais favorável aos estrangeiros, traduzindo a preferência por trabalhadores brancos. Essa preferência pelos estrangeiros dificultava a obtenção das melhores vagas no que dizia respeito à remuneração, mas não

¹⁵ “Não se trata de ir a barbeiro ou hotel e ter a navalha sem corte ou cama dura, mas de lutar em torno de reivindicações mais sérias e de raízes mais profundas”. Fernandes (1978, p.39).

¹⁶ *Diário Popular*, 23 de julho de 1889, pp. 6 e 7.

impedia que o negro trabalhasse em São Paulo, ainda que em serviços provisórios, como já vimos. Neste sentido, uma outra carta de 1889, endereçada ao Diário Popular, exprimia os sentimentos de frustração dos patrões para com os trabalhadores domésticos.

Serviço doméstico:

É uma das maiores dificuldades a da nossa vida familiar na atualidade. A Abolição desorganizou o serviço doméstico, feito por escravos com todos os seus vícios e defeitos, é verdade, mas com estabilidade, permanecia, o que nos é pequena vantagem.

O serviço doméstico, livre, ainda estava para se organizar, o que também às famílias e aos próprios criados criando grandes inconvenientes. Não há regra alguma para firmar direitos e obrigações entre amos e criados. Tudo é arbitrário e contingente.

O amo toma um criado ou uma criada para o serviço da casa, e de um momento para o outro, está sujeito a que eles abandonem o serviço da casa e por um motivo qualquer; muitas vezes porque outro amo lhes oferece alguns mil réis de salário; porque a dona da casa exige serviço bem feito, e naturalmente ralha quando não lho fazem; porque não lhe consente receber visitas nos dias de serviço, ou não ir aos bailes aos domingos.

Isto acontece freqüentemente com criadas alemãs que são, todavia as melhores que temos para vários serviços domésticos. Não negamos ao criado, como outro operário, o direito de servir de preferência a quem melhor salário oferece e mais concessões faz. O que não parece justo, porém, é que uma vez contratado o serviço de um criado ou criada, eles possam abandoná-lo sem dar notícia prévia de sua intenção; de maneira que os amos com razoável facilidade encontre quem os substitua.. Igualmente, não queremos que o amo possa despedir um criado da noite para o dia, porque achou outro melhor ou mais barato, mas seja também obrigado a dar ao criado tempo razoável para procurar outra colocação. É isto que se faz em todo o mundo.

Tanto o amo como o criado é obrigado no caso de desagrado ou desarmonia, a dar oito dias para aquele novo criado e novo amo... Submeto o que fica mal exposto ao Sr. Digno chefe de polícia, que tem mostrado desejos de fazer no importante cargo que em boa hora foi-lhe confiado.

S.s. saberá suprir as lacunas da nossa reclamação, e esperamos que dará sua boa intenção a este assunto de obrigações gerais recíprocas entre amos e criados, o que certamente interessa a todos, e está reclamando providências das autoridades.

*Farmer*¹⁷

O tom queixoso do longo artigo endereçado por alguém que se identifica com um codinome em inglês, que significava “fazendeiro”, era claro em relação à posição social que assumia. As exigências de condições melhores de trabalho eram entendidas como uma traição, uma vez que os empregados deixavam seus antigos serviços em busca de melhores ofertas. A quebra dos laços paternalistas permitia uma mobilidade maior. Desse modo, revelava-se o outro lado de um mercado saturado de trabalhadores. Se, por um lado, o mercado baixava os salários levando a dificuldades na sobrevivência, por outro, ele permitia maior mobilidade levando à quebra da fidelidade das relações entre criado e patrão burladas por um melhor salário, afrouxando os laços de compadrio e obrigações dos tempos de cativo. Constituem-se, enfim, novas relações de trabalho.¹⁸

Escrito em 1889, um ano após a Lei Áurea, no mesmo ano em que surgiram os anúncios que discriminavam racialmente os empregados solicitados, o artigo acabava também por revelar a reação dos trabalhadores domésticos frente ao mercado de trabalho que ora se configurava. Eram evidentes os desejos da classe senhorial que queria o mínimo de alterações nas antigas relações de trabalho e em seu relacionamento com a criadagem. Neste aspecto, nem mesmo as imigrantes eram poupadas das queixas, ao reivindicarem folgas semanais e direito a visitas. As memórias saudosas dos tempos senhoriais da escravidão permitiam deduzir que havia um número menor de concessões no período da escravidão. Se o comportamento dos patrões urbanos buscava resguardar-se das relações paternalistas tal como faziam os fazendeiros

¹⁷ *Diário Popular*, 11 de novembro e 19 de dezembro de 1889.

¹⁸ Não descartamos, entretanto, que as relações entre patrão e empregado não tenham passado por formas de coerção física e psicológica como a perda do emprego. O que queremos aqui salientar é como fatores pensados como um benefício para os grupos mais abastados poderiam ser também fatores complicadores aos mesmos.

do Oeste paulista, não era difícil entender o motivo da rotatividade de empregados domésticos na cidade. Os excessos praticados pelos patrões eram indicativos da falta de adaptação aos novos tempos:

Que patroa!...

Assim como há criadas ruins e criados péssimos, existem patrões que além de ínfimos são desumanos. Ainda agora foi levado ao conhecimento do dr. Delegado Regional de Polícia um fato esquisito e escandaloso, que está quase a provocar um intervenção judiciária... e no caso que vamos abordar, quando a vítima seja branca, a nossa atitude seria altiva, e de franca censura contra um abuso inqualificável. Um menina de origem humilde, mas educada na escola severa dos bons costumes e a moda da moral antiga empregou-se na citada casa, porque é assim que vive: trabalhando honestamente para comer e vestir-se.

Num destes dias, quando ia retirar-se à noitinha, foi chamada pela patroa que em uma sala diante de suas filhas e filhos, tirando-lhe as vestes a deixou completamente nua, para ver se não levava alguma coisa roubada...

A pobre mocinha caiu em prantos envergonhada de ter sido assim vexada mas a patroa disse-lhe que não chorasse, porquanto era esse seu costume...¹⁹

Para tais patrões, os tempos do cativo não haviam acabado e certamente faziam parte do mundo dos “senhores saudosistas”.

Considerações finais

Como vimos, a experiência de vida de libertos e afro-descendentes no Estado de São Paulo era permeada, por um lado, pelas suas expectativas de inserção social e, por outro, pelas tentativas senhoriais de manutenção da situação sócio-racial anterior à abolição.

Somada a essa situação, havia os imigrantes europeus que, ao se estabelecerem nesse mesmo espaço, modificaram a configuração

¹⁹ *Getulino*, 6 de abril de 1924, p. 3.

populacional e, conseqüentemente, alteraram o mercado de trabalho em que se manifestava a preferência pelos brancos, em especial os de origem européia, o que dificultava a contratação de trabalhadores nacionais e a inserção social de libertos e afro-descendentes. Contudo, a fama de São Paulo como um lugar de vida difícil para os negros não era nova. Ainda nos tempos de cativo, tal fama coadjuvada pelo temor aos maus tratos foi observada por Sidney Chalhoub (1990, p.178) ao apontar o medo dos escravos da Corte de serem enviados para a Província de São Paulo. Essa motivação também se evidenciou em um processo de contestação de venda de uma escrava vinda do Rio de Janeiro, que se recusava por todos os meios, permanecer em Campinas-SP (SILVA, 1993, p.70).

Viver em São Paulo depois da abolição significou, antes de mais nada, lutar pela liberdade em todos os sentidos. A liberdade não era um termo abstrato mas compreendia ser respeitado na sociedade, conseguir postos de trabalho, enfim, ser respeitado em seu lazer, obter condições mínimas de sobrevivência frente a uma sociedade que não os desejava. Por tudo isso, observou o redator do jornal *A Redempção*, em 1897, “os pretos” estavam desaparecendo do Estado de São Paulo. Não exatamente pelos motivos apontados pelos “escravocratas”, como a morte em massa por embriaguez²⁰. A população negra diminuía em São Paulo devido à matização de seu contingente populacional frente à imigração, ao “apagamento” dos registros oficiais e também porque, frente a tal grau de dificuldades, muitos libertos e afro-descendentes puseram-se em movimento indo para outros estados. Esta última opção surgia possivelmente como esperança de encontrar menos violência por parte das autoridades e proprietários e, portanto, alcançar condições melhores e mais dignas de vida.

²⁰ *A Redempção*, 27 de junho de 1897, fl. 1.

Referências

- ANDREWS, George R. *Negros e brancos em: Brasil 1888-1988* São Paulo. Bauru: Edusc, 1998.
- BARATA, Alexandre M. *Luzes e sombra: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- BENGUEILMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1966.
- BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Educ, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CORRÊA, Marisa (Org.). *Colcha de retalhos estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- DAS, Veena. *Critical events an Antropological perspective on Contemporary*. Delhi: Oxford University Press, 1995.
- D'ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e Multiculturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DEBRET, Jean Batist *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.
- DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda ,1999.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. v.1.
- FERRARA, Miriam N. A imprensa negra paulista (1915-1963). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.5, n.10, p.206, mar./ago. 1985.
- FONSECA, Dagoberto. *A piada do discurso sutil à exclusão*. 1994. Dissertação (Mestrado) - PUC-SP, São Paulo.
- GITHAY, Maria L. C. *Os trabalhadores do porto de Santos (1889-1910)*. 1983. Dissertação (Mestrado) - ICFH-Unicamp, Campinas.
- GUSMÃO, Neusa M. M. Fundo de Memória: infância e escola em famílias negras. *Cadernos CEDES*, ano 18, n.42, p.53-74, out. 1997.
- HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural* . Campinas: IFCH, 1998.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JESUS, Carolina M. *Memórias de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LANNA, Ana L. D. *Uma cidade na transição: Santos 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LEITE, José C. *...E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria M. Cultura, 1992.

MENDONÇA, Joseli M.N. *Entre a mão e os anéis: lei dos sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MOURA Clóvis. Organizações negras. In: SINGER, Paul (Org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.

NOGUEIRA, Oracy *Negro político, Político negro: a vida do Dr. Casemiro da Rocha*. São Paulo, Edusp, 1992.

NORDER, Luiz A. C. *Formação agrária brasileira*. Londrina, 2000. mimeo.

RAMOS, Arthur *O negro brasileiro: etnografia na sociologia brasileira e psicanálise*. 2.ed. Recife: Ed. Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

SANTOS, José C. F. *Nem tudo era italiano: São Paulo e a pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Anna Blume, 1998.

SEVCENKO, Nicolau (Org.) *História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. v.3.

SCHIMIDT, Afonso *A marcha: o romance da Abolição*. São Paulo: Clube do Livro, 1945.

SILVA, Lúcia H. O. *Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926)*. 2001. Tese (Doutorado) - IFCH-Unicamp, Campinas.

_____. *Estratégias da sedução: mulher escravas apre(e)ndendo a liberdade*. 1993. Dissertação (Mestrado) - FE-Unicamp, Campinas.

Abstract

In this article we are going to analyse some life experiences of “paulistas” afro-descendants developed in the urban area during the post abolition period.. Our goal is to analyse different sociability forms, and works relations between members of the black community and the rest of population. The choice the State of São Paulo was made due to its economical importance and larger contingent of European immigrants.

Key words: afro-descendant, emancipation, ethnics relations